



## Projeto que susta decreto sobre armas deve ser analisado hoje

Primeiro item da pauta do Plenário, votação da proposta nesta semana foi objeto de acordo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com líderes de partidos

O Plenário do Senado deve votar hoje o projeto de decreto legislativo que susta o decreto presidencial que ampliou as possibilidades de porte de arma. A proposta, do senador Randolfe Rodrigues, tramita com outros seis projetos de mesmo teor.

Após a aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira, líderes partidários e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, fecharam acordo para que o texto fosse analisado em Plenário nesta semana.

Assinado em maio, o decreto do presidente Jair Bolsonaro concede porte a 20 categorias profissionais e aumenta

de 50 para 5 mil o número de munições que o proprietário de uma arma pode comprar anualmente. Medidas para facilitar o acesso a armas e munições fizeram parte das promessas de campanha de Bolsonaro.

A pauta do Plenário também inclui quatro propostas de emenda à Constituição. Uma delas insere a proteção de dados pessoais, entre eles os disponíveis em meios digitais, de brasileiros e estrangeiros residentes no país no rol de garantias individuais estabelecido pela Constituição.

Outra PEC amplia a fatia de impostos arrecadados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do DF. **3**



Genaldino Magela/Agência Senado — 6/6/2019

Além da proposta que suspende o decreto de armas, o Plenário deve analisar quatro propostas de emenda à Constituição



### Propostas criam normas para uso de patinete nas cidades

As patinetes, que tomaram as ruas do país, podem ser um meio de transporte divertido e sustentável. Mas a segurança dos usuários

e dos pedestres preocupa especialistas e senadores. Projetos apresentados na Casa criam normas para tornar o uso mais seguro. **4**



Leopoldo Silva/Agência Senado

Entre as regras a serem definidas, está a velocidade máxima por tipo de via

### Reforma da Previdência prejudica os mais pobres, dizem debatedores

A reforma da Previdência vai aumentar a desigualdade por atingir principalmente a população de baixa renda, afirmaram ontem participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Segundo eles, 80% da economia pretendida virá dos que recebem salário menor. **3**

### Jornalista Glenn Greenwald será ouvido por conselho

O Conselho de Comunicação Social aprovou debate com o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, editor do site The Intercept, para falar sobre a publicação de conversas de Sergio Moro com integrantes da Lava Jato. **2**

### Aumento de feminicídios preocupa debatedores

Participantes de debate ontem, na Comissão de Direitos Humanos, sobre feminicídio denunciaram o aumento dos casos e disseram que o fato de a violência acontecer, em geral, dentro da casa da vítima dificulta a ação da polícia. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 4/6/2019

Relator, Carlos Viana disse que vai propor punição a envolvidos na tragédia

### Relator vai pedir indiciamento de 14 por desastre

O relator da CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana, disse que vai entregar um relatório preliminar na próxima semana com pedido de indiciamento da mineradora Vale e de 14 pessoas pelo crime de inundação. **3**

### Privatização da Eletronorte é criticada em sessão

Em sessão especial no Plenário do Senado para comemorar os 46 anos da Eletronorte, senadores e deputados se manifestaram contra a proposta de privatização da empresa.

Segundo representantes da Eletronorte, a estatal é rentável e leva desenvolvimento para a Região Norte. Os parlamentares também ressaltaram a função da empresa no setor energético, estratégico para o país. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Senadores Weverton e Izalci (C) entre os participantes da sessão especial

# Conselho de Comunicação vai ouvir Glenn Greenwald

Marcada para 1º de julho, audiência com jornalista do site The Intercept tentará esclarecer publicação de conversas em rede social do ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, com procuradores da Lava Jato

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) aprovou ontem o comparecimento do jornalista norte-americano Glenn Greenwald, editor do site The Intercept, cuja subsidiária brasileira vem publicando conversas mantidas por meio de redes sociais pelo ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, com procuradores da Lava Jato.

A audiência ficou agendada para 1º de julho. A iniciativa de chamá-lo partiu do representante da sociedade civil no conselho, o advogado Miguel Matos.

— A liberdade de imprensa é a garantidora do Estado democrático de direito, não podemos fechar os olhos para o que está se passando — disse Matos.

O jornalista Davi Emerich também foi favorável ao comparecimento de Greenwald, mas defendeu que o CCS não poderia ignorar a conjuntura política. Por isso, solicitou que



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ao lado de Emerich, Matos defende comparecimento de Greenwald

outros jornalistas também fossem chamados. A presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco, sugeriu a participação do jornalista Claudio Dantas, do site O Antagonista. E o presidente do CCS, Murillo de Aragão, pediu a participação na mesa do presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Daniel Bramatti, e da presidente Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José

Braga, além do ex-ministro do STF Carlos Ayres Brito. Todos os nomes foram aprovados.

O CCS também aprovou o relatório de Patrícia Blanco sobre o PL 559/2019, apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e em análise na Câmara. O projeto busca incluir uma disciplina nos currículos dos ensinos médio e fundamental sobre a utilização ética das redes sociais e contra a disseminação de fake news.

## Confúcio Moura faz balanço de avanços na educação

Confúcio Moura (MDB-RO) fez ontem, em Plenário, um balanço dos avanços do país na área da educação, no período histórico que vai de 1945, quando ocorreu a retomada da democracia com o fim do Estado Novo, até o início do regime militar, em 1964.

Ele destacou que a Constituição de 1946 estabeleceu o direito de todos os brasileiros à educação primária pública e gratuita e fixou percentual de impostos a ser investido no setor. Confúcio lembrou que, no início dos anos 60, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Marcos Rogério critica decisão sobre homofobia

Marcos Rogério (DEM-RO) criticou ontem, em Plenário, a decisão do Supremo Tribunal Federal que equiparou a homofobia ao crime de racismo. O senador apresentou projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos da decisão que, na opinião dele, criminaliza equivocadamente a opinião e iguala a noção de raça à orientação sexual e à identidade de gênero.

Para ele, a decisão do Supremo aumenta a insegurança jurídica, pois a homofobia será crime imprescritível, cuja ação penal pode ser ajuizada a qualquer tempo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Kajuru propõe Serviço de Apoio à Pessoa Idosa

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) apresentou ontem em Plenário projeto que cria o Serviço Nacional de Apoio à Pessoa Idosa com Dependência, a ser prestado pelas entidades constituintes do Sistema S (PL 3.469/2019).

O objetivo do projeto é promover cuidados de longa duração a esse segmento da população brasileira, que deverá ser o predominante daqui a alguns anos, explicou Kajuru.

Serão ações de reabilitação, terapia ocupacional e serviços médicos, assistenciais e psicológicos, afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Sessão é marcada por debate sobre venda da Eletronorte

A possível privatização da Eletronorte foi o principal assunto na sessão especial que comemorou ontem os 46 anos de atividades da empresa. Senadores se disseram contrários à privatização, argumentando que a Eletronorte é rentável. Para eles, perder o controle das hidrelétricas seria ruim para o país.

O senador Weverton (PDT-MA) criticou o governo pelo que chamou de “política desenfreada” para entregar ao capital estrangeiro ou privado setores estratégicos como os da Eletrobras e da Petrobras.

— Não somos contra a iniciativa privada. Pelo contrário, essas empresas podem ajudar, mas não comandar políticas tão estratégicas como a energética.

Segundo o presidente da estatal, Roberto Parucker, o faturamento subiu R\$ 300 milhões no ano passado, em relação a 2017.

— Por outro lado, um programa de redução de custos de despesas operacionais economizou cerca de R\$ 1,4 bilhão — informou.

Em 2018, a Eletronorte pagou R\$ 171 milhões em royalties para municípios pelo uso dos recursos naturais. O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) sugeriu a exploração de energia solar em lagos de reservatórios:

— A vantagem é aproveitar as subestações e as linhas de transmissão sobre as hidrelétricas e a área sobre as águas, o que reduz a desapropriação de terras, um problema na Amazônia — destacou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que presidiu a sessão, destacou o trabalho de equipes que “superaram desafios de porte amazônico” para produzir energia no meio da floresta.

— Enfrentaram as adversidades de se instalar na Amazônia e integraram as regiões.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CRE Indicação para a Unesco**  
8h30 Sabatina de Santiago Irazabal Mourão, indicado para a Unesco. Às 10h, audiência sobre situação das famílias de vítimas do acidente com a Chapecoense.
- CDH Autismo**  
9h Audiência para marcar o Dia do Orgulho Autista.
- MP 881/2019 Redução da burocracia**  
9h30 Eleição de presidente e vice.
- CAE Economia**  
10h Análise de empréstimo para Pernambuco. Após, debate sobre a conjuntura econômica do país.
- CJ Nomes para o CNJ**  
10h Sabatina de indicados ao CNJ. Após, análise de texto sobre formação de atleta.
- CMA Uso do solo**  
10h Audiência para debater desertificação e política de uso do solo.

- CI Infraestrutura do Pará**  
11h Debate sobre o Plano Estratégico do Arco Norte, do Pará.
- PIBRUM Audiência**  
13h Entre os convidados, representantes do Ministério de Minas e Energia.
- CE Educação básica**  
14h Audiência sobre o Fundeb.
- PLENÁRIO Porte de armas**  
14h Na pauta, projeto que susta o decreto que flexibiliza o porte de armas.
- CEPREV Reforma da Previdência**  
14h30 Audiência com o relator da reforma da Previdência.
- CMO Orçamento para 2020**  
14h30 Na pauta, relatório preliminar ao projeto da LDO de 2020.
- MP 878/2019 Contratos Iphan**  
14h30 Votação do relatório da MP, sobre contratos temporários de pessoal no Iphan.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Bulte  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário vota projeto que susta decreto sobre armas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os líderes partidários fizeram acordo para analisar a proposta nesta semana. Outro item em pauta é a PEC sobre proteção de dados pessoais

O PROJETO QUE susta o decreto presidencial que ampliou as possibilidades de porte de arma é o primeiro item da pauta do Plenário de hoje. O PDL 233/2019, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), tramita com outros seis projetos de mesmo teor.

Após ser aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta foi objeto de acordo entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os líderes partidários para ser votado em Plenário nesta semana.

O Decreto 9.785, assinado em maio pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, altera o Estatuto do Desarmamento. O texto concede porte a 20 categorias profissionais e aumenta de 50 para 5 mil o número de munições que o proprietário de arma de fogo pode comprar anualmente. Medidas que facilitam o acesso a armas e munição faziam parte das promessas de campanha de Bolsonaro.

A pauta também traz quatro propostas de emenda à Cons-

tituição. A PEC 17/2019 insere a proteção de dados pessoais de brasileiros e estrangeiros residentes no país, inclusive os disponíveis em meios digitais, no rol de garantias individuais estabelecido pela Constituição. Já a PEC 6/2018 elimina a possibilidade de perda automática da nacionalidade brasileira em caso de naturalização.

Os senadores também podem votar a PEC 51/2019, que amplia a fatia dos estados no Orçamento da União. O texto aumenta de 21,5% para 26% a parcela do produto da arrecadação do Impostos de Renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

## Burocracia

Outra proposta em pauta é a PEC 57/2016, que simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte. A intenção é diminuir as exigências dirigidas a pequenas e microempresas,

especialmente às que atuam em cidades pequenas.

Os senadores também podem votar o projeto de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção (PLC 27/2017). Entre elas, estão a criminalização da compra de votos e do caixa dois e o aumento de penas para crimes relacionados à corrupção.

## Mudanças

Na Câmara dos Deputados, diversos pontos do texto original foram rejeitados e os deputados introduziram medidas para coibir o abuso de autoridade também por parte de juízes e procuradores. O relator, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse acreditar que as medidas propostas para combater a corrupção e a impunidade serão eficazes.

A pauta ainda traz o PLC 122/2018, que disciplina a produção de queijo artesanal, e o PLC 26/2018, que garante a permanência de construções à margem de estradas.



Leila Barros, Paulo Paim, que presidiu a audiência, e Alessandro Moretti

## Aumento dos casos de feminicídio preocupa integrantes de comissão

Em debate sobre o aumento dos casos de assassinato de mulheres no Brasil, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o problema afeta toda a sociedade. Segundo ele, em 76% dos casos de feminicídio, os agressores são o atual ou o ex-companheiro da vítima.

— A cada dois segundos, uma mulher é agredida no país e isso se refere a todo tipo de violência — disse Paim, um dos autores do pedido para a audiência, ao lado da senadora Leila Barros (PSB-DF).

O secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, Alessandro Moretti, informou que 84% dos crimes contra mulheres ocorrem

dentro das residências, o que dificulta o trabalho repressivo da polícia. Ele também apontou como principal motivação para esses atos o sentimento de posse do homem sobre a mulher, o que ocasiona ciúme excessivo e brigas.

Leila Barros criticou a falta de condições do Estado de cuidar das crianças afetadas por esse problema social. Para a senadora, os números de feminicídio são ainda maiores do que os apontados por “falta de transparência aos olhos da sociedade”.

— É muito sério o que estamos vivendo e cada vez mais me sinto com sangue nos olhos e vontade de lutar ao lado de vocês, em busca de soluções. É uma pauta de todos nós.

## CPI de Brumadinho pedirá indiciamento de 14 pessoas

O relator da CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana (PSD-MG), deve entregar na próxima semana um relatório preliminar pedindo o indiciamento de 14 pessoas e da mineradora Vale pelo crime de inundação.

— Temos 290 vítimas, entre elas, 26 desaparecidos e 264 corpos identificados, a maioria empregados da própria empresa. Todos os funcionários tinham acesso às informações, todos eles participaram de encontros nos quais tiveram dados suficientes para saber que a barragem de Brumadinho estava para romper a qualquer momento, mas as providências não foram tomadas.

O senador também disse que apon-

tará desde crime de omissão até homicídio culposo dos envolvidos.

— O Tribunal Regional Federal da 1ª Região não aceitou uma denúncia de homicídio doloso no caso das mortes de Mariana e isso, naturalmente, criou um impasse jurídico. Mas a Justiça não tem entendido dessa forma, então para que a gente não perca a possibilidade de um processo criminal amplo, nós vamos trabalhar com homicídio culposo. As penas são menores, mas pelo menos a gente tem uma chance maior de condenação e dar resposta às famílias.

O relatório final deve ser apresentado em 2 de julho, com votação prevista para o dia 9.

## Incompetência na gestão pode ser mais danosa do que corrupção, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que a incompetência na gestão pública pode ser mais danosa à população do que a corrupção. Ele lembrou que as emendas da bancada do DF não chegaram a ser executadas por burocracia e falta de competência ou até mesmo de interesse. O senador citou casos em que o dinheiro não foi liberado por falta de titularidade da área e de projeto de engenharia e de licenciamento ambiental.

— São quase R\$ 500 milhões em emendas, de 2016 para cá, que ainda não foram executadas.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Mecias de Jesus pede ajuda federal para Roraima receber venezuelanos

O senador Mecias de Jesus (PRB-RR) pediu ontem, em Plenário, apoio do governo federal a Roraima. Segundo ele, os imigrantes venezuelanos têm chegado ao país sem amparo financeiro e isso tem aumentado os casos de violência no estado. O senador ressaltou que agentes federais precisam assegurar a paz nos municípios.

— Que o presidente Jair Bolsonaro lance os olhos sobre a situação de desorganização generalizada que estamos atravessando antes que aconteça uma ruína total — disse.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Reforma pode empobrecer o Brasil, conclui debate

Em audiência ontem sobre a reforma da Previdência, debatedores disseram na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que as mudanças propostas pelo governo podem aumentar a desigualdade no país por atingir a população de menor renda. A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), que disse que o Senado não vai ser apenas “uma Casa carimbadora” da reforma.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, disse que 80% da economia pretendida com a reforma da Previdência atingirá as menores

remunerações. Mais de 70% dos aposentados e pensionistas do INSS recebem apenas um salário mínimo, afirmou.

— A reforma da Previdência vai empobrecer ainda mais o país — disse.

O professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Tadeu Alencar Arrais afirmou que o mercado de trabalho é muito diferente de uma região para a outra. Como exemplo, ele informou que o salário médio de um trabalhador em São Paulo é praticamente o dobro da média do Maranhão.

— A reforma ignora essas diferenças — afirmou.

## Para Elmano, queda nos homicídios é resultado da postura do governo federal

O senador Elmano Férrer (Podemos-PI) comemorou ontem, em Plenário, a queda de 23% no número de homicídios no Brasil. Para ele, isso é resultado de mudança de postura do governo federal no combate à violência.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todos os estados apresentaram redução no número de assassinatos no primeiro trimestre.

— Os dados demonstram o bom trabalho iniciado pelo ministro Sérgio Moro e representam o primeiro passo no caminho do restabelecimento da paz — afirmou.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Paim critica falta de iniciativas do Estado para combater feminicídios

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem a ausência de políticas de Estado para combater o feminicídio. E elogiou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de sustar o decreto presidencial que facilita o acesso a porte e posse de armas.

Paim disse esperar que o Plenário confirme a decisão da CCJ, lembrando que especialistas ouvidos mais cedo na Comissão de Direitos Humanos afirmaram que as principais vítimas da liberação do armamento são as mulheres.

— O feminicídio não é paixão, é um crime hediondo, é um crime cruel.

# Avanço das patinetes motiva projetos de lei

Propostas em análise no Senado buscam o uso seguro desses veículos, que deixaram de ser apenas brinquedos para se tornar alternativa de transporte nas grandes cidades

Nelson Oliveira e Aline Guedes

A FEBRE DAS patinetes elétricas e bicicletas de uso compartilhado abriu uma nova janela de possibilidades para a solução ecologicamente correta dos problemas de trânsito em muitas cidades. E chegou aparentemente com grande apelo popular. Segundo levantamento feito em maio pelo Núcleo de Inteligência e Pesquisas da Escola Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Procon de São Paulo, 80% dos entrevistados, ou 1.110 pessoas, aprovaram os patinetes como alternativa de transporte.

No entanto, a velocidade média dos equipamentos, que pode chegar a 40 quilômetros por hora, e o uso inadequado, como a circulação em calçadas, têm levado as autoridades a se posicionar sobre o assunto. Preocupação que aumentou depois de atropelamentos registrados em diversas cidades do Brasil e do mundo. Só na cidade de São Paulo, foram 125 casos entre janeiro e maio, segundo o Procon local.

Diante do problema, a prefeitura de São Paulo instituiu regras para a utilização das patinetes. Além do uso obrigatório do capacete, está proibida a circulação em calçadas e a velocidade máxima foi limitada a 20 quilômetros por hora. Regras para o setor também estão sendo discutidas em outras unidades da Federação.

No Distrito Federal, o Detran, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Polícia



Regras como limite de velocidade e uso de equipamentos de segurança pelos condutores fazem parte das propostas

Militar já elaboraram normas específicas. Elas incluem o uso de capacete, joelheiras e cotoveleiras, a proibição de uso por crianças sem supervisão de um adulto e a obrigação de manter distância dos pedestres.

## Projetos

O governador do DF, Ibaneis Rocha, enviou à Câmara Legislativa um projeto que insere as patinetes na lei sobre mobilidade urbana cicloviária da capital. Isso permitirá o estabelecimento de diretrizes para o uso dos equipamentos. Normas como essas também estão contidas em projetos de lei que tramitam no Congresso e, portanto, podem obter caráter nacional em breve.

Apresentado pela senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o PL 2.971/2019 altera duas leis para regulamentar os serviços

de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual chamados autopropelidos. O texto está na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Rose ressalta que bicicletas e patinetes deixaram de ser instrumentos de lazer e passaram a servir como meios de transporte. Para ela, regulamentar o uso desses aparelhos é imprescindível, principalmente “por se observar uma alta adesão da população”.

Já o PL 3.112/2019, do senador Styvenson Valentim (Pode-RN), limita a movimentação dos veículos individuais autopropelidos a 6 quilômetros por hora em áreas de circulação de pedestres e a 20 quilômetros por hora em ciclovias e ciclofaixas, com a observância de levar apenas o condutor. Ao defender a proposta, Styvenson citou um “crescimento vertiginoso” de usuários de patinetes e bicicletas, sem os devidos acessórios de proteção. E disse que muitas pessoas ainda utilizam os equipamentos como brinquedos, sem atenção aos perigos aos quais estão expostas.

— Temos um trânsito já violento, em que não se respeitam ciclistas, por exemplo, e agora mais um objeto que merece atenção — ponderou.

Um dos coordenadores da ONG Rodas da Paz no DF, Raphael Dornelles destacou que, além de ajudar a desafogar o trânsito, esses veículos são benéficos por “tornarem as cidades mais humanas”. Para ele, a rigidez da lei deve ser antecedida de melhorias na estrutura urbana e de campanhas educativas que informem sobre o uso seguro.

O consultor do Senado Rodrigo Novaes também defende a educação para condutores de patinete e ciclistas.

— O patinete só deveria ser permitido nas chamadas Zonas 30, de velocidade máxima de 30 quilômetros por hora ou menos. Se eu tivesse que escolher entre condutores de bicicleta ou de patinete prudentes, embora sem capacete (porque conscientes da sua fragilidade no trânsito), e condutores mais confiantes com o capacete, eu diria que a primeira escolha provavelmente é a que vai resultar em menos acidentes graves — disse.

Novaes ressalta que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamenta o uso de bicicletas e patinetes por meio da Resolução 465, de 2013. Patinetes e demais equipamentos de mobilidade individual são equipados pela resolução aos pedestres, podendo usar as calçadas com velocidade máxima de 6 quilômetros por hora, ou aos ciclistas, podendo usar as ciclovias com velocidade máxima de 20 quilômetros por hora.

No entanto, na visão do consultor, as normas de segurança e prevenção de acidentes deveriam ser uma responsabilidade do Código de Trânsito Brasileiro.

## Mobilidade

O presidente da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana do Senado, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), também apresentou anteprojeto destinado a regulamentar o uso de patinetes para o deslocamento urbano e integrar à legislação os serviços de compartilhamento de bicicletas convencionais e elétricas. Entre outras propostas, o texto restringe o tráfego às ciclovias e ciclofaixas e a velocidade não pode ser superior a 20 quilômetros por hora.

— Há uma grande discussão sobre o assunto e estamos

trabalhando por uma regulamentação mínima para que, depois, cada município adequue à sua realidade.

Em debate na subcomissão, o coordenador geral de Apoio Técnico e Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Arnaldo Pazetti, sugeriu a possibilidade de reduzir a velocidade das patinetes, conforme avaliação técnica, para que os capacetes não sejam necessários.

Foi isso o que aconteceu no final de maio, quando a prefeitura de São Paulo apreendeu 557 patinetes elétricos, das quais, 400 pertencentes à Grow, união das empresas Grin e Yellow. A empresa voltou a operar depois de atender recomendações do Procon-SP. Entre elas, a de diminuir a velocidade máxima para 12 quilômetros por hora, a fim de tornar opcional o uso do capacete.

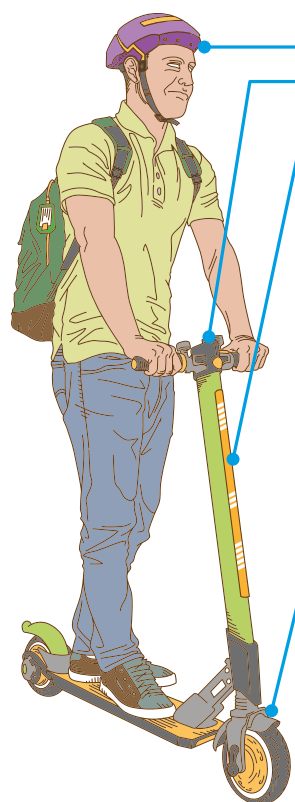
Já a gerente da Escola Pública de Trânsito (EPT), Rosana Soares Néspoli, frisou no debate no Senado que a disseminação do uso das patinetes nas calçadas é temerária e que são necessários mais estudos para definir, por exemplo, regras de espaço de uso e limite de velocidade. Ao defender cautela na elaboração das restrições, ela declarou que a introdução de um novo modal não pode ser feita à base de “ensaio e erro”.

O representante da União de Ciclistas do Brasil, Yuriê César, explicou sobre a necessidade de adaptação das cidades para os novos modais. Segundo ele, o problema da inserção desse novo tipo de transporte é o fato de os centros urbanos não estarem preparados para ciclistas e pedestres, nem se adaptarem a quem não anda de carro.

— Por que não discutimos a possibilidade de tirar o espaço dos carros nas cidades e transformar em espaço para que as pessoas caminhem, pedalem, andem de patinete? — indagou César.

## O que propõem os senadores

Os PLs 2.971, 3.112 e 3.066, de 2019, contêm basicamente normas sobre segurança



### Itens obrigatórios

- Capacete
- Velocímetro
- Sinalização noturna

### Velocidade máxima

6 km/h em calçadas e 20 km/h em ciclovias e ciclofaixas

A única diferença entre as propostas é que o PL 2.971 regulamenta também bicicletas comuns que estão inseridas nos serviços de compartilhamento (aplicativos). Não existe atualmente uma lei federal que normatize o uso das patinetes.

### Saiba Mais

#### Resolução 465/2013 do Contran:

<http://bit.ly/resolucao465>

#### Decreto da Prefeitura de São Paulo:

<http://bit.ly/decretoPatinetesSP>

#### Estudo sobre lesões provocadas por patinetes

— Departamento de Saúde de Austin, Texas:

<http://bit.ly/estudoPatinetes>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidania](http://www.senado.leg.br/especialcidania)